

crises do século

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 10 • 2010

«O Republicanismo e a Oposição exilada:
combates e crises»

Heloisa Paulo

Heloisa Paulo, Doutorada em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigadora Auxiliar do CEIS20. E-mail: heloisapaulo25@gmail.com.

1. As grandes cisões internas da oposição republicana no exílio

«La oposición puede justificarse tanto desde el plano de la ética política puesto que ningún grupo o fracción posee el derecho de arrogarse el privilegio de poseer la verdad política – (¿existe la verdad política?) – ni, por ende, acaparar el Poder, como desde el plano de la utilidad política, puesto que la oposición contribuye a un gobierno más eficaz de la sociedad.»¹

A história contemporânea de Portugal, no período que vai de 1926 a 1974, apresenta dois lados antagónicos: o regime ditatorial e a sua oposição. Mas, se a ditadura militar e o fascismo uniformizam a actuação do Estado, das suas instituições e dos seus apoiantes, os seus opositores estão congregados em correntes políticas diversas, discordantes nas suas formas de combate, actuação e conteúdo ideológico, cujo único ponto comum é, por vezes, a condenação do sistema político em vigor no país.

A historiografia portuguesa, com excepção das histórias oficiais dos partidos, nomeadamente o PC, e alguns estudos a respeito do Revirinho, só há muito pouco tempo abriu um espaço para a «história da oposição». Actualmente, a questão vem ganhando maior relevo e o movimento oposicionista no exílio consegue atenção dos historiadores, malgrado as dificuldades em relação à localização da documentação dos diversos sectores oposicionistas dispersos pela Europa, Norte de África e Américas.

No entanto, os estudos avançam e o aparecimento das diversas versões do movimento defendidas pelos diferentes grupos colocam problemas ao historiador. Abundam as acusações entre os participantes acerca do fracasso das acções e documentos contraditórios põem em causa os estudos já existentes. Apesar do aparente «caos», tal quadro representa uma oportunidade de reformular o que já foi aceite como «história oficial».

As divergências que caracterizam o relacionamento entre comunistas, socialistas, anarquistas e republicanos, também estão presentes, noutros moldes, no interior dos grupos que partilham o mesmo ideal de Sociedade e Estado. A grande marca em todos os tipos de distensões é a busca da hegemonia política através do encaminhamento do processo revolucionário. O problema do comando e do modelo de Estado a ser implantado após a vitória está na raiz das duas grandes cisões que marcam a história da oposição exilada:

1. No período do chamado Revirinho, entre 1927 e 1935, quando fracassa a proposta de uma unicidade da oposição, configurada nos moldes federativos.
2. Na tentativa de centralização das diversas correntes oposicionistas em torno da figura de Humberto Delgado, ele próprio possuidor de uma noção específica acerca do presidencialismo e responsável por constantes polémicas na sua breve passagem pela oposição.

¹ BADIA, Juan Ferrando – «En torno a una Teoría de la Oposición en el sistema democrático-liberal». *Revista de Estudios Políticos*. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales. N.º 173 (1970) p. 35.

2. O caso dos «Budás»: um outro olhar sobre as cisões e o seu aproveitamento pelo regime

«Au début de 1934, les relations entre Ribeiro de Carvalho et les Budas se son améliorées. Le démarches d'Afonso Costa semblent aboutir en janvier à la formation d'un nouveau "front commun"». [...]

La direction de la revolução est assuré par les Budas à partir de Espagne, avec la collaboration de Ribeiro de Carvalho, Francisco Aragão, Fidelino Costa, Ferro Alves. L'action est placée sous le patronage de Bernardino Machado».²

«Porventura talvez do *boato de união* resultassem os frutos que não se colheram nos propósitos de Federação votada em 17 de Setembro. Que nestes termos confirmámos sempre a pitoresca atoarda, ainda que não conhecêssemos com quem estávamos de certo *unidos nem para que objetivos telúricos*.

Que todo mundo nos vinha dizer que o próprio Rº de Cº e o seu cabo de ordens e intrigas, afirmavam a quem se lhes aproximava que havia completa união e que advogado em nosso nome a efectivara em Lisboa. Quando alguém pretendia entrar em detalhes a resposta era invariável: *está tudo feito lá dentro*».³

O Revirralhismo é marcado pela actuação militar que orbita em torno do Coronel Ribeiro de Carvalho e dos «Budás»⁴. Aos dois grupos são atribuídas linhas de conduta, orientadas segundo os seus vínculos políticos e a orientação militar que adoptam nas tentativas revolucionárias empreendidas entre 1927 e 1934⁵. A partir de 1931, temos uma série de negociações dos diversos sectores da oposição para a formalização de uma Federação, ou ainda, um simples acordo de actuação comum entre estes dois sectores, tendo sempre como centro de debates e intermediários elementos da «Liga de Paris» e os núcleos oposicionistas ainda actuantes em território português.

Aos «Budás» é atribuída, para além da vinculação aos «chefes» políticos republicanos, como Afonso Costa e Bernardino Machado, uma profunda ligação aos antigos partidos, dos quais a figura de José Domingos dos Santos, da Esquerda Republicana, ganha um lugar de destaque, para além de congregar membros da Seara Nova, e das organizações sindicais⁶. A preocupação com o «secretismo» da mobilização revolucionária, com a subordinação dos diversos grupos de representação da sociedade civil à direcção militar, e, em especial, com a garantia da representação partidária na estruturação do Estado está presente em toda a documentação oriunda deste grupo. As cartas trocadas entre

² CLÍMACO, Cristina – *L'Exil politique en France et en Espagne: 1927-1940*. Paris: Universidade de Paris 7 (Denis Diderot), 1998. Texto Policopiado. V. II, p. 440. Dissertação de doutoramento em Sociedades Ocidentais.

³ *Relatório Manuscrito de Moura Pinto, 1933-1934*, p. 7. Arquivo Moura Pinto. O advogado citado é Basílio Lopes Pereira e o «cabo de ordens e intrigas» é Francisco Aragão.

⁴ Sobre o tema ver, entre outros, FARINHA, Luís – *O Revirralho*. Lisboa: Estampa, 1998.

⁵ Sobre o tema ver, entre outros, CLIMACO, Cristina – *Op. Cit.*, e FARINHA, L. – *Op. Cit.*

⁶ Apesar de Jaime de Moraes estar sempre assinalado como um elemento vinculado a ala mais a esquerda do movimento revolucionário, não sendo propriamente um representante da Esquerda Democrática. Ver, entre outros, CLIMACO, Cristina – «Le contexte historique. L'opposition à l'interieur». In *Op. Cit.* V. 1, p. 115 e seguintes.

os seus representantes mais directos, como Jaime de Morais, Moura Pinto, Cortesão e Bernardino Machado, confirmam esta linha de acção. Por outro lado, a correspondência interna dos seus elementos, as memórias de Jaime de Morais e actas e os relatórios do arquivo particular de Alberto Moura Pinto, oferecem uma outra leitura para os dados já tratados pelos historiadores, baseados nos relatórios da PVDE e na obra de Ferro Alves⁷. A análise desta documentação pretende esclarecer alguns pontos que marcam a cisão entre os dois grupos militares da oposição, a partir da óptica dos «Budás» e de muitos dos seus aliados.

Em primeiro lugar, cumpre salientar que a rivalidade entre os grupos é iniciada aquando da tentativa revolucionária de Fevereiro de 1927. O pomo da discórdia seria a declaração de Ribeiro de Carvalho e Francisco Aragão, como representantes da União Militar Republicana, da sua não colaboração com o movimento, alegando o seu carácter contrário aos interesses dos militares e a defesa de ideologias que lhes seriam opostas. Nas memórias de Jaime de Morais ou na correspondência trocada com Sarmento Pimentel, esta é sempre a grande tónica de um ressentimento que perdura no tempo de exílio:

[...] O seu artigo vem a propósito da morte do R. de Carvalho [...] V. ao escrever as suas tão sentidas palavras não se lembrou (e ainda bem, Pimentel) da carta à Imprensa que ele e o nosso grande Aragão mandaram para a Imprensa de Lisboa em 3 de Fevereiro de 1927, pedindo aos seus amigos que não aderissem ao nosso gesto do Porto (ao seu, ao meu, ao do Cortesão, ao do Gen. Sousa Dias, ao do Cor. Freiria, ao d dezenas de camaradas deles e seus amigos), por se tratar de um movimento comunista [...] R. de C. foi um magnifico herói da Flandes, era um excelente rapaz. Nenhum mal lhe quis, mesmo quando tanto mal ele fez a mim, a V., ao Nuno, ao César, ao Cortesão, a tantos mais. Lamentei a sua morte, magoou-me muito o fracasso da sua vida [...] e custa-me muito confessar que lhe atribuo uma grande parte (se não a maior) da responsabilidade de ainda vivermos sob a espora de uma atroz ditadura e do inútil sacrifício de tanto e tanto bom português⁸.

As acusações pelo fracasso do movimento de 1927 são também o primeiro sintoma da profunda cisão entre os dois grupos, marcada por breves momentos de colaboração, mas sempre com sérias discordâncias no que se refere à condução do processo revolucionário. A falta de cooperação de Ribeiro de Carvalho é atribuída à não mobilização de sectores já comprometidos com a causa, levando à desarticulação das forças combatentes, contribuindo para a derrota final naquela e em outras ocasiões:

«O que se passou em Chaves ainda é, para mim, um enigma. [...] Confesso que sempre duvidei, pois dependia muito da influência do coronel Ribeiro de Carvalho, e embora ele (e Aragão) me tivessem garantido que não me hostilizavam, é certo que se tinham afastado do movimento. [...] Nesse momento deve ter chegado a Chaves um jornal de

⁷ ALVES, Ferro – *Os Budás. O contrabando de armas*. Lisboa: Imprensa Lucas C^a, 1935.

⁸ Carta de Jaime de Morais a Sarmento Pimentel. Datada de Niterói, 21 de Maio de 1967. Arquivo Sarmento Pimentel. Biblioteca Sarmento Pimentel, Mirandela.

Lisboa onde se publicava uma incrível declaração dos nossos camaradas da primeira hora, srs. Ribeiro de Carvalho e Francisco Aragão, donde constava que nada tinham com o movimento do Norte, que alcunhavam o mesmo de extremista [...] Foi o conhecimento dessa declaração que o levou (Major Teodorico) a dar a contra ordem, regressando as unidades aos seus quartéis.»⁹

«Então dirigia o movimento em Portugal o Cor. Ribeiro de Carvalho, a quem prestávamos todo o apoio incondicionalmente. Atitude esta nossa a registar, pois a verdade é que ele não concordava com o nosso plano de armamentos. [...] Porém de todas as ordens dadas, apenas uma se tentou cumprir; no Porto, por Nuno Cruz e César. Tudo se tentou e tudo fracassou [...] porque os elementos com a direcção interna contavam falharem todos.»¹⁰

Um outro factor da discórdia entre os dois grupos é a própria instabilidade interna dos apoios políticos. A troca de cartas entre Jaime de Morais, Bernardino Machado e Ribeiro de Carvalho evidenciam o jogo de interesses, revelando, algumas delas, a «habilidade política» do antigo presidente¹¹. O apoio deste último ao Coronel Ribeiro de Carvalho, em especial à sua ideia de uma acção imediata¹², e as sucessivas e desgastantes reuniões políticas entre os opositores e os seus «chefes políticos» contribuem para o clima de desconfiança. Da parte dos Budas e dos seus aliados, as acusações são muitas e realçam o «autoritarismo» de Afonso Costa e a «falta de realismo» de Bernardino Machado:

«Eu não vejo homens de prestígio para destes destroços liberais formarem um reduto democrático. Há uma falta de recursos miserável, um desprestígio dos políticos que chega a ridicularizá-los, um desconhecimento absoluto dum rumo e vários «organizadores da derrota» em franca actividade.

Apetecia-me fugir! [...]

O Bernardino está gagá de todo e Afonso cada vez mais ambicioso.»¹³

Do lado do grupo de Ribeiro de Carvalho a «institucionalização» do secretismo dos «Budas» é a grande tónica a suscitar a desconfiança e as mais diferentes versões de teses conspiratórias. Na verdade, esta prática da atribuição de «segredo entre pares» a toda a acção a ser desenvolvida por estes, delegando somente os seus membros mais destacados a visão completa dos seus planos e ligações políticas, acirra os choques e conflitos entre os dois «braços armados» do Revirvalho. Ao mesmo tempo, tal postura,

⁹ MORAIS, Jaime – *O Gesto de Fevereiro de 1927*. Notas autobiográficas. Manuscrito dactilografado, p. 19. Arquivo Jaime de Morais. Fundação Mário Soares.

¹⁰ MORAIS, Jaime – *Últimas fantasias*. Notas autobiográficas. Manuscrito dactilografado, p. 9a. Arquivo Jaime de Morais. FMS.

¹¹ Ver Arquivo Bernardino Machado. Correspondência trocada com Ribeiro de Carvalho, nomeadamente Caixas 131, 133 e 134.

¹² Em carta datada de Bayona, 7 de Dezembro de 1932, Bernardino Machado chega a reenviar cartas remetidas por Jaime de Morais para a análise pelo seu grupo, a saber Álvaro Poppe e Francisco Aragão, declarando a sua plena confiança na acção de Ribeiro de Carvalho. Caixa 133, Arquivo Bernardino Machado.

¹³ Carta de Sarmento Pimentel a Ricardo Severo datada de Bayona, 29 de Agosto de 1931. Arquivo Sarmento Pimentel, BSP, Mirandela.

alegadamente um aprendizado oriundo das falhadas tentativas revolucionárias de 1927 e 1928, oferece um campo aberto a todo o tipo de especulação¹⁴.

Neste quadro, o problema do financiamento do movimento e as questões que envolvem a sobrevivência física dos opositoristas são um alvo em potencial. Como até 1934 os Budas administram os apoios recebidos no estrangeiro, abundam as acusações de favorecimento ilícito, feitas por elementos vinculados a Ribeiro de Carvalho e outros. Apesar da constatação óbvia da existência de mais saídas do que entradas nas contas apresentadas, as desconfianças são constantes. Aproveitando-se de tal clima, Ferro Alves fomenta as rivalidades existentes, desacreditando ambos os grupos, à medida que alimenta a desunião¹⁵.

Assim sendo, os ideais de «Federação», pensados em 1931, nunca conseguem lograr terreno propício¹⁶. No entanto, as acções concertadas por Ribeiro de Carvalho, em finais de 1933, e as afirmações da colaboração directa dos «Budas», a partir de Março do ano seguinte¹⁷, suscitam a apreensão deste último grupo, já que desconheciam as razões desta suposta «união». De facto, os boatos a respeito de um acordo entre os dois sectores leva ao estabelecimento de contactos com o Coronel Ribeiro de Carvalho, sendo Fernando Utra Machado o interlocutor, tal como narra o relatório de Moura Pinto:

«Que aproveitando uma espontânea oferta de Marcelo para a missão de abordagem junto ao chefe de outro grupo, por unanimidade lhe demos plenos poderes para espinhoso encargo. É que já antes, fazendo justiça às altas qualidades de Marcelo nele delegamos a suprema direcção para todos os actos de natureza militar que houvessem de ser praticados por nossa banda e Marcelo honradamente se dispôs a desempenhar [...].¹⁸»

Afonso Costa revela a Utra Machado a existência de um pacto assinado em nome dos «Budas» pelo seu representante, Basílio Lopes Pereira, facto desconhecido pelos seus membros e aliados¹⁹. Inquerido este último, ele afirma ter assinado um documento, mas somente o fizera «em nome das forças políticas que representava», o que levava a não inclusão do grupo de Madrid. Tal facto, leva Moura Pinto a afirmar a possibilidade de ter havido um «aproveitamento político» do ocorrido por parte de Ribeiro de Carvalho.²⁰

¹⁴ É na exploração do «não conhecimento» das decisões tomadas pelos «Budas» que Ferro Alves fomenta a propaganda contra o grupo. Ver, ALVES, F. – *Op. Cit.*

¹⁵ Ver, CLIMACO, C. – *Op. Cit.*

¹⁶ Apesar da participação de operacionais de ambos os grupos em acções consideradas comuns. Ver, FARINHA, L. – *Op. Cit.*, e a afirmação de Jaime de Moraes acima citada.

¹⁷ Ver CLIMACO, C. – *Op. Cit.*

¹⁸ *Relatório Manuscrito de Moura Pinto, 1933-1934*, p. 7. Arquivo Moura Pinto.

¹⁹ «Pacto, manifesto, declaração política, ao certo não concluiu Marcelo do que se tratava. Em última análise um papel que nos obrigava, não sabendo nós ao quê. Já em conversa anterior de Marcelo com Elisio este fizera referência à existência dum documento que arrumava por completo a situação política!... a seguir à vitória que é sempre a preocupação principal deste estadista em vilegiatura.» *Relatório Manuscrito de Moura Pinto, 1933-1934*, p. 8. AMP.

²⁰ *Relatório Manuscrito de Moura Pinto, 1933-1934*, p. 8. AMP.

No entanto, para além do fracasso do movimento previsto para Novembro de 1933, com a prisão de um agente de ligação²¹, um outro factor vem abalar novamente o clima de instabilidade dos dois grupos: a revelação de cartas anónimas enviadas a Horácio Echevarrieta, nas quais os Budas são denunciados como «chantagistas» que, falando em nome dos revolucionários portugueses, exploravam o industrial espanhol²². O facto desencadeia uma reacção imediata do grupo envolvido, já que o texto lhes é extremamente negativo e privilegia Ribeiro de Carvalho como o único dirigente militar do movimento revolucionário português:

«El sr. Moura Pinto sub-secretario de Estado com la Dictadura de Sidónio Paes no tiene el menor valor politico y, apesar de emigrado es odiado por todos los revolucionários. O sr. Cortesão es un modesto empleado de la Biblioteca que nada toma en serio. Lo mismo ocurre com el oficial de la Marina dr. Moraes. Este es el único que participo en una revolucion, pues los demas no entraran en ninguna, de las quatro que hubo contra la dictadura. El dinero que Vd. Lleva prestado a estos aventureros esta absolutamente perdido. Los jefes de la revolucion srs. Ribeiro de Carvalho y Francisco Aragão ni siquiera cruzan la palabra com esos estafadores. Estes que residen en Madrid son los unicos representantes del Frente Única de los partidos a los cuales esos amigos del dinero ajeno no pertencen siquiera[...]»²³

A notícia da existência de tal documento é levada por Manuel Menezes Castro. Posteriormente, aquando da Revolta das Astúrias, ele será preso, juntamente com Moura Pinto, Horácio Echevarrieta, Alexandrino dos Santos, Francisco Oliveira Pio e políticos espanhóis, como Francisco Largo Caballero, Manuel Azaña e Teodomiro Menendez.²⁴

Tão logo são informados da carta, o grupo avança para a confirmação dos vínculos existentes entre o «autor»²⁵ e os elementos citados, Ribeiro de Carvalho e Aragão. Na verdade, um inquérito dos Budas afirma que «o mandante ou o sugestionador do documento foi Aragão», sendo o autor Ferro Alves, com o conhecimento de João Pedro dos Santos»²⁶. Assim sendo, Castro é enviado para entrar em contacto com Aragão e comunicar-lhe para este a decisão de Echevarrieta, diante das denúncias

²¹ O movimento fica conhecido pela participação do aviador Sarmento de Beires, preso nesta ocasião.

²² Os originais das duas cartas acompanhadas de uma missiva de Echevarrieta são enviadas a Moura Pinto em 30 de Setembro de 1934. Na ocasião, Echevarrieta afirma considerar «um deber de amistad salir el paso de una campaña de muy mal gusto producida el parecer por sus enemigos personales y politicos. Y, el efecto, le envio a Vd. Estas líneas para que henga delas el uso que estime más convenientes.» Carta de Horácio Echevarrieta, datada de Madrid, 30 de Setembro de 1934 No entanto, o facto chega ao conhecimento do grupo a 10 de Março de 1934, conforme atesta o citado relatório.

²³ Carta assinada por Carlos Freire, datada de Madrid 3 de Março de 1934. AMP.

²⁴ Ver Fondos (7) Justicia, Fondo 34-1. Archivo General de la Administracion, Alcala de Henares. Aos portugueses caberá a acusação de contrabando de armas e auxílio à insurreição. Três dos personagens principais da trama conseguem escapar da prisão, justamente Jaime de Morais, Jaime Cortesão e o espanhol Indalecio Prieto.

²⁵ Frente a existência de uma forte ligação da prosa de Carlos Freire, o pressuposto autor do documento, e Ferro Alves, o relatório afirma a vinculação entre ambos, reafirmada pelos laços mantidos entre os dois em Madrid e, posteriormente, pelo conteúdo da obra de Ferro Alves.

²⁶ *Relatório Manuscrito de Moura Pinto das Cartas Anónimas de Ferro Alves*. 1934, p. 2. AMP.

feitas, de retirar o apoio que, até o momento, vinha dando aos elementos citados nas missivas. A reacção de Aragão faz transparecer os interesses do seu grupo em cooptar o investidor espanhol:

«O novo chá realizou-se em 14-3 na casa do Castro. Aragão, perante a declaração de abandono por parte de seu patrão²⁷ – e sem nenhuma referência à carta anónima, *como fora expressamente estabelecido*, manifestou o seu transtorno e decepção. Manifestou também a Castro a vantagem para Echevarrieta e o interesse para a Revolução em que este atasse conversa com um delegado da Frente Única que aqui viria procurá-lo. Aludiu aos perigos que a Echevarrieta podiam advir se os *homens das direitas espanholas* conhecessem a sua ajuda à revolução portuguesa etc... Castro, excedendo um pouco as instruções recebidas, fechou por completo a porta a possíveis conversas com o patrão, dando-lhe a impressão de que as armas estavam já completamente perdidas.»²⁸

Finalmente, uma outra carta vem confirmar a vinculação entre Aragão e as missivas anónimas, já que nesta, sem que a informação dada por Castro ganhasse a rua, o autor afirma ao financiador espanhol o seu agradecimento por ter «usado de mi carta», oferecendo, em troca, indicações a quem deveriam ser entregue os novos financiamentos, ou seja, a uma suposta «Frente Única Republicana»:

«La directiva del Frente esta integrada por los antiguos presidentes del Consejo srs. Antonio Maria da Silva, Cunha Leal, Afonso Costa, Tamagnini e Victorino Guimarães. Solo estes y los jefes revolucionários de quien le hable mi anterior carta pueden hacer que vd, no pierda en su totalidad las 500.00 ps que en mala hora entrego a eses sinvergüenzas.»²⁹

Na verdade, uma outra carta já chegara às mãos do grupo, através da interferência de Filipe Mendes³⁰. Neste documento, apresentado por Fidelino Costa a Fausto de Figueiredo, as figuras de Moura Pinto, Jaime Cortesão, Jaime de Morais e Utra Machado são acusadas de receber dinheiro dos empréstimos espanhóis e utilizar o mesmo em benefício próprio, tal como a «compra de um automóvel», ou ainda, a compra de um «chalet»³¹. Aconselhando o «conhecimento» de tais factos a todos «os núcleos republicanos»³², o seu portador procuraria «arrecadar fundos» em proveito próprio. Graças às denúncias do grupo junto do governo espanhol, Fidelino Costa é preso, sendo mantido em prisão até mesmo depois da vitória de Franco³³.

²⁷ Neste período, Manuel Castro trabalha numa das firmas de Echevarrieta. Ver . Fondos (7) Justicia. Fondo 34-1. Archivo General de la Administracion. Alcalá de Henares.

²⁸ *Relatório Manuscrito de Moura Pinto das Cartas Anónimas de Ferro Alves*. 1934, p. 2. AMP.

²⁹ Carta de Carlos Freire, não datada, enviada por Echevarrieta a Moura Pinto e transcrita também no *Relatório Manuscrito de Moura Pinto das Cartas Anónimas de Ferro Alves*. 1934, p. 3. AMP.

³⁰ *Relatório Manuscrito de Moura Pinto das Cartas Anónimas de Ferro Alves*. 1934, p. 3. AMP.

³¹ Anexo 1-A. *Relatório Manuscrito de Moura Pinto das Cartas Anónimas de Ferro Alves*. 1934, p. 3. AMP.

³² *Idem*. AMP.

³³ Segundo o processo de Fidelino Costa, disponível no Centro Documental de la Memória Histórica, PS-MADRID,571,104, o mesmo já teria sido processado em França por extorsão, tendo sido preso e condenado a dois anos de cadeia em 25 de Abril de 1931. A constatação da recomendação do grupo à Carlos Eslá, curiosamente, é uma folha manuscrita, com as letras do então Ministro e de Jaime de Morais,

A ideia das cartas anónimas são encaradas como parte de uma verdadeira propaganda contra os Budas, objectivando, segundo ainda o relatório, «destruir-nos moralmente para nos incapacitar revolucionariamente», «subtrai-nos fraudulentamente armas e dinheiro»³⁴. Apesar de tais documentos não interferirem nas relações do grupo com o investidor espanhol, o processo das Astúrias leva à suspensão temporária das suas actividades em Espanha.

A cisão entre os dois segmentos militares do Revirvalho é definitiva. O movimento revolucionário republicano está atingindo «de morte» no seu próprio interior. De facto, não só as cisões internas debilitam o grupo, mas a aproximação de elementos comprovadamente «externos» ao ideal revolucionário e comprovadamente próximos ao regime de Lisboa acelera as rupturas. A brecha aberta pelos dissídios entre Ribeiro de Carvalho e os «Budas» é o campo de trabalho de Ferro Alves e Carlos Fidelino de Figueiredo, considerados agentes do regime³⁵. As contendas trazidas de debates parlamentares, no caso de Moura Pinto, das intervenções militares, para além dos desacordos em termos de acção política, favorecem a presença dos agentes que contribuem para «minar» o movimento, trabalhando com as suas intrigas e limitações internas.

3. O General e os opositores, dos republicanos aos outros sectores, a realidade e o mito.

«Respondendo às questões propostas, informo:

1. A Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa já está consultando a Oposição da Metrópole para uma reunião conjunta da Oposição espalhada no estrangeiro, e pedindo informações sobre a possibilidade de irem a essa reunião delegados de Portugal. Indiscutível, penso eu, a utilidade e, mais ainda, a urgência dessa reunião. [...] A presença de Delgado e Galvão numa reunião de cúpula, ou de qualquer outra com cunho democrático, poderia se tomada como ofensa dos ideais políticos daqueles que lutam pela liberdade e pela Democracia.

A nossa boa fé (minha e dos meus esforçados companheiros) levou-nos a por ao serviço de um e de outra influência, prestígio, dinheiro, tempo – tudo em pura perda para a causa comum que, nas horas decisivas, congrega todos os antisalazaristas. [...] Foram inúteis todos os esforços e as várias tentativas que fizemos para um entendimento entre ambos na organização duma acção revolucionária capaz de reimplantar a República em Portugal.³⁶»

onde são listadas as pessoas consideradas «decentes» e «indesejáveis» para Cortesão e o seu grupo, constando na segunda lista o nome de Fidelino de Figueiredo. Ver PS- MAD 571/89,1. Centro Documental de la Memoria Histórica. Salamanca. Numa carta, datada de 24 de Março de 1941, Jaime de Morais afirma a Moura Pinto ter conhecimento da condenação à morte do pseudo jornalista. AMP.

³⁴ *Relatório Manuscrito de Moura Pinto das Cartas Anónimas de Ferro Alves*. 1934, p. 4. AMP

³⁵ A primeira suspeita contra Ferro Alves é levantada por CLÍMACO, Cristina – *Op. Cit.* As indicações dadas por Moura Pinto na documentação trocada a partir de Paris, a partir de 1938, com Cortesão, Jaime de Morais, César de Almeida e Novais Teixeira confirmam os vínculos de Ferro Alves com o regime.

³⁶ Carta de Sarmento Pimentel a Álvaro Cunhal, datada de 4 de Fevereiro de 1962, em resposta ao pedido de uma reunião em carta datada de Outubro de 1961. Arquivo Sarmento Pimentel. BSP, Mirandela.

«Na sua última carta referia-se, com amargura de que eu naturalmente partilho, à «guerra civil» que lavra nas fileiras da oposição. Veja a que ponto as coisa chegaram. Tendo me colocado acima das pessoas e agentes divisionistas, sem me afastar um centímetro do meu lugar ideológico e de acção, enquanto que por lá todos se atacam uns contra os outros com mais sanha do que se ariçam contra o Salazar, tenho procurado organizar e conduzir a uma finalidade precisa um plano de acção directa que me pareceria dever corresponder a uma ansiedade comum.»³⁷.

Os «Budás», nomeadamente Jaime Cortesão, Moura Pinto e Jaime de Morais, chegam ao Brasil no início da década de 40, sendo recebidos pelos republicanos portugueses ali radicados. Desde logo, assumem a condição de representantes do combate antisalazarista no Brasil, encabeçando inúmeras acções, no sentido de demonstrar a existência de uma forte oposição ao regime de Salazar, no seio da comunidade de uma colónia portuguesa até então conservadora e salazarista. Os diversos grupos de opositores passam a ter relações «cordiais», não sem a existência de críticas veladas de ambas as partes, tal como ocorre em Espanha e França. No entanto, apesar das divergências, conseguem concertar acções conjuntas e, à distância, buscam auxiliar financeiramente a luta dos opositores em Portugal³⁸.

Em 1958, surge para a oposição uma nova possibilidade de união na figura de um antigo «inimigo», Humberto Delgado. A candidatura independente do «General Sem Medo» acaba por congregar sectores até então conflitantes no que tange a linha política de actuação contra o salazarismo. Não só os antigos Republicanos, mas toda uma vasta gama de oposicionistas, incluindo monárquicos, delegam as suas esperanças no militar que, com a energia que aprendera no próprio regime, desafia Salazar e ameaça demiti-lo³⁹.

A derrota eleitoral, o refúgio na Embaixada do Brasil em Lisboa e a posterior ida de Delgado para aquele país assinalam momentos onde toda a oposição está unida, buscando no «seu» candidato presidencial a figura de um líder carismático que fosse capaz de aglutinar os mais diversos matizes políticos. Mas, a trajectória posterior do «líder» fica bastante aquém do esperado, ainda que os velhos republicanos estejam sempre desconfiados em relação ao homem que esteve tantas vezes do lado de lá das trincheiras oposicionistas.

À chegada ao Rio de Janeiro, o General Humberto Delgado é recebido pelos membros da Associação Humberto Delgado, fundada naquela cidade, em 5 de Outubro de

³⁷ Carta de Henrique Galvão a Sarmiento Pimentel. Datada de Caracas de 14 de Julho de 1960. Arquivo Sarmiento Pimentel. BSP, Mirandela.

³⁸ Sobre o tema ver PAULO, Heloísa – «O exílio português no Brasil: Os “Budás” e a oposição antisalazarista». *Portuguese Migrations in Comparison: Historical Patterns and Transnational Communities*. *Portuguese Studies Review*. Peterborough, Ontário: Trent University. Vol. 14, N.º 2 (Junho de 2009).

³⁹ Declarações de Delgado no Café «Chave de Ouro», sobre o tema ver, entre outros, DELGADO, Iva; FIGUEIREDO, António – *Memórias de Humberto Delgado*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1991; DELGADO, Iva; PACHECO, Carlos (comp.) – *Humberto Delgado. A Tirania Portuguesa*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1995 e ROSA, Frederico Delgado – *Humberto Delgado, biografia do General Sem Medo*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.

1958⁴⁰. Esta associação reúne alguns exilados ou emigrados políticos, como o anarquista Roberto das Neves, o monárquico Thomaz Ribeiro Colaço, ou o antigo observador do Partido Comunista na Guerra Civil espanhola, Francisco Cachapuz, mais conhecido pelo pseudónimo de jornalista, Paulo de Castro, e recebe a simpatia e apoio de velhos republicanos como Sarmento Pimentel e Ernesto Carneiro Franco⁴¹. Porém, na sua maioria, a associação é composta por emigrantes que, ideologicamente, não podem ser identificados com nenhuma corrente política específica. Na verdade, a Associação General Humberto Delgado é fruto da áurea formada em torno de Delgado, que, neste momento, desponta como um personagem ímpar para os emigrados políticos, sendo visto, por alguns, como a única possibilidade de se fazer frente à influência de Salazar, tão presente entre a colónia portuguesa no Brasil.

No entanto, as cisões e dissidências começam a tomar forma logo após a chegada de Delgado, dado o seu passado de militante e defensor do regime. O questionamento dos antigos combatentes, como Carneiro Franco, superados momentaneamente em nome do ideal de unidade, logo volta a ganhar força. É que, passada a euforia da chegada do General, o seu relacionamento com os opositores de longa data acaba por se deteriorar com muita rapidez.

No interior da «sua» própria associação, as queixas de Delgado, quanto à «falta de coerência da oposição» e de «relações estreitas com as massas»⁴², contrapõem-se à dos seus membros, que falam do autoritarismo e do despotismo do general⁴³. À cisão entre Delgado e Roberto das Neves, ou seja, entre o militar que deseja impor as suas famosas Directivas, exigindo respeito às hierarquias militares, e o anarquista, um antigo combatente e propagandista da acção contra o regime, seguem-se outras⁴⁴, culminando com a quebra entre a Direcção da Associação Humberto Delgado e o seu «patrono»⁴⁵. Na raiz de algumas delas, incluindo aquela que envolve Luís Carvalhal, está a aproximação de Delgado aos comunistas e a sua aceitação da proposta independentista para as então colónias portuguesas⁴⁶.

Para além destes factores, a criação do *Movimento Nacional Independente* é um foco de discórdias. Segundo Delgado, o MNI é criado para a promoção da acção directa contra o regime, estabelecendo articulações e contactos com a oposição em Portugal⁴⁷.

⁴⁰ Ver, entre outros, CARVALHAL, Luís Abreu de Almeida – *A verdade sobre Humberto Delgado no Brasil. Cartas inéditas, notas e comentários*. Rio de Janeiro: Editora Brasil-América, 1986.

⁴¹ O presidente da associação é Luís Abreu de Almeida Carvalhal, um ex-professor do ensino secundário na cidade de Tomar. Sobre o tema ver, PAULO, Heloísa – *Aqui também é Portugal. A colónia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000.

⁴² DELGADO, Iva; FIGUEIREDO, António de – *Op. cit.*, p.166.

⁴³ CARVALHAL, Luís Abreu de Almeida – *Op. cit.*, p. 16.

⁴⁴ Para além da Associação são diversas as rupturas de Delgado, envolvendo republicanos históricos, como Sarmento Pimentel e Manuel Rodrigues Lapa. Tanto a documentação do MNI quanto o Arquivo de Sarmento Pimentel estão repletos de cartas e documentos que atestam tais cisões.

⁴⁵ As «Directrizes» são ordens dadas por Delgado a todos os oposicionistas que incluem desde da nomeação de lugares tenentes até a forma pela qual deveriam ser tratados, incluindo o próprio General.

⁴⁶ Ver CARVALHAL, Luís – *Op. cit.*

⁴⁷ A versão de Humberto Delgado está presente em DELGADO, Iva; FIGUEIREDO, António de. – *Memórias de Humberto Delgado*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1991, p. 166.

No entanto, a ideia de uma revolta ou golpe militar contra a ditadura comandado «à distância», levanta dúvidas quanto ao carácter do MNI por uma parte dos exilados que consideram tal ideia inviável⁴⁸. O afastamento de «partidos» na composição do Movimento, em especial, do Partido Comunista, elemento mais actuante então na oposição, é outra grande questão, suscitando sérias dúvidas quanto aos objectivos políticos a serem concretizados após a possível vitória contra Salazar⁴⁹. Além disto, e apesar da participação e apoio de Francisco de Oliveira Pío, um dos grandes nomes da oposição republicana, a própria conduta do General, nem sempre linear e cordata, gera em torno do movimento constantes dúvidas por parte dos oposicionistas mais antigos que, no entanto, sustentam a possibilidade de uma cooperação:

«Se, conforme informações chegadas, o tal MNI de que ele se diz chefe não corresponde a qualquer organização séria e, pelo contrário, a oposição à ditadura, englobando todas as opiniões, caminha unida e alheia aquele, só nos resta, aos que aqui no Brasil sempre aguentamos a fogo sagrado, levar por diante uma organização que permita reconquistar o terreno perdido perante a opinião brasileira depois que o homem aqui chegou. Contudo, se ele voltar ao bom caminho, nada impedirá a sua colaboração, se a desejar.»⁵⁰

A chegada de Henrique Galvão e do seu grupo, malgrado o impacto mediático desfavorável para o governo de Salazar, levanta mais polémicas, nas quais as «duas vedetes internacionais mais faladas da oposição»⁵¹ são os protagonistas. Aliados numa primeira hora, sobretudo na acção do pacote Santa Maria, o clima de divergências é instalado logo a seguir⁵².

Na verdade, a aproximação do recém-chegado daqueles que anteriormente já se haviam incompatibilizado com o General, é o primeiro passo para a discórdia. O estopim da ruptura é a presença do nome de Galvão e de alguns dos seus seguidores, entre eles o seu «lugar-tenente», Camilo Mortágua, num manifesto dirigido ao Presidente de Portugal, Américo Thomás, datado de Setembro de 1961, exigindo o cumprimento das normas democráticas. O documento, no qual aparece no cabeçalho a menção à

⁴⁸ Paulo de Castro e outros membros fundadores da Associação Humberto Delgado consideram que «o centro da Resistência está em Portugal e não no Brasil» e que «cabe ao centro e não à periferia conduzir a luta directa». A ideia central é a da ineficácia de uma acção posta em prática em Portugal, mas coordenada à distância, «fora das condições concretas» da realidade portuguesa. Carta enviada ao General Humberto Delgado por Paulo de Castro e outros membros da Associação Humberto Delgado, in CARVALHAL, Luís Abreu de Almeida – *Op. cit.*, p. 93.

⁴⁹ Delgado afirma ter sido procurado por um delegado do Partido que lhe ofereceu em troca de apoio «um chateau e vida larga» (Carta da datada de São Paulo, de 14 de Junho de 1960, rascunho, Arquivo do MNI).

⁵⁰ Carta de Ernesto Carneiro Franco a Sarmento Pimentel, datada de 28 de Dezembro de 1959, Rio de Janeiro. Arquivo Sarmento Pimentel, Biblioteca de Mirandela.

⁵¹ Circular n.º 271/59, datada de 30 de Julho de 1959, na qual trata de artigo publicado no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, e que suscitou a reacção dos antigos republicanos pelas afirmações feitas por Delgado com relação ao republicanismo em Portugal.

⁵² É interessante ver o relato feito pelo «neto biógrafo» de Humberto Delgado de um encontro entre o General e Galvão. Numa reunião em São Paulo, Galvão afirma que passaria a assumir o comando militar da oposição, a que Delgado teria reagido mal, evocando a hierarquia militar que os diferenciava. Como o «biógrafo» cita o documento como uma «adaptação» da obra de Carvalho, mas sem indicação de página, se torna difícil confirmar o conteúdo original. Ver, ROSA, Frederico Delgado – *Op. cit.*, p. 882.

Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres, grupo formado por Galvão, e contando com a assinaturas de opositores de longa data, como os irmãos Sarmento Pimentel⁵³, é considerado uma traição a Delgado, já que o General considera «uma afronta pessoal que se escrevesse a Américo Thomás como Chefe de Estado, quando não passava dum usurpador»⁵⁴. No entanto, a aproximação de Delgado aos comunistas, contradizendo as suas afirmações iniciais⁵⁵, e a sua aceitação das soluções independentistas para o ultramar, coloca os dois «novos opositores» definitivamente em campos opostos. Galvão é «suspenso» do MNI em 9 de Abril de 1962, ficando «irradiado», desde de 16 de Setembro de 1961, segundo a Directiva nº 5/62⁵⁶.

Neste início da década de 60, as acções desenvolvidas por Delgado no MNI confirmam as suspeitas de Carneiro Franco, em especial, quando o General e as brigas internas da oposição ganham as páginas sensacionalistas dos jornais. É o caso do episódio de uma disputa entre os membros da AHD e do MNI pelo uso de uma sala na qual seria realizada uma reunião, onde a questão principal é o debate em torno da descolonização, um dos temas chaves da ruptura entre os dois grupos:

«A reunião havia sido convocada pelo presidente da Associação Sr. Luís Carvalho [...] Logo de início, um dos associados pedia à mesa que esclarecesse se os fotografos podiam ter liberdade de acção. O Sr. Carvalho respondeu que podiam. O General Delgado, então, aparteou-o, dizendo que só a ele cabia responder, porque o local da reunião havia sido cedido ao Movimento Nacional Independente e não à Associação. Os dois discutiram. O General investiu contra o Sr. Carvalho. Este reagiu. Formou-se então o conflito, sendo envolvida na troca de socos e pontapés até a secretária do General, Sra. Arajarir Campos [...] Para suspender a briga, alguém pôs na vitrola o disco do Hino Nacional Brasileiro. A trégua teve a duração do disco: foi ele acabar e recomeçarem os socos e pontapés»⁵⁷.

Na verdade, a postura pública do General, reveladora de um carácter pouco flexível, constitui um dos problemas da oposição naquele período. O seu afastamento da oposição no Brasil, leva-o a uma aproximação dos elementos oposicionistas em Argel, onde também vai ocasionar polémicas e pôr a sua figura como «chefe da Oposição» em causa. As relações sustentadas pelo velho republicano Sarmento Pimentel, sempre advogado de uma união com os demais sectores da oposição⁵⁸, permitem a manutenção do contacto com os exilados em Marrocos e o «desabafo» de Piteira Santos no que se refere à postura do General:

⁵³ Um exemplar do mesmo está no Arquivo de Sarmento Pimentel, BSP, Mirandela.

⁵⁴ Ver, ROSA, Frederico Delgado – *Op. cit.*, p. 894.

⁵⁵ Ver, entre outros, Documentado datado de Praga, Maio de 1963, classificado como Reservado, destinado a Oliveira Pio, no qual são apresentadas as bases de acordo entre Delgado e o Partido. Arquivo do MNI. MRR.

⁵⁶ Ver a citada Directiva no Arquivo do MNI. MRR.

⁵⁷ Recorte do jornal *O Globo*, datado de 12 de Agosto de 1963, Arquivo do MNI. Museu da República e da Resistência.

⁵⁸ Lembrar que o próprio Grémio Republicano Português e o jornal *Portugal Democrático*, ambos em São Paulo, contam com o apoio formal do antigo militar combatente em 1927.

«[...]Do «fenómeno Delgado», tenho, como sabe, uma experiência recente, directa e triste. [...]Aceitamo-lo, com os seus conhecidos defeitos, pensando ingenuamente que seria possível integrá-lo numa direcção colegial. Mas o próprio título de «Presidente» prestava-se a perigosos equívocos dado que das funções presidenciais tinha o General Delgado uma concepção muito pessoal. Chegado a Alger, recebido com demonstrações de alta consideração pelo Presidente Ahmed Ben Bella, tendo encontrado criadas facilidades inúmeras, atribui à admiração que todo o mundo lhe vota, o que era fruto do trabalho modesto das pessoas modestas que na Argélia o tinham precedido [...]

Resultado: como os membros da JUNTA REVOLUCIONÁRIA PORTUGUESA não cederam às imposições, provocações, ameaças e excomunhões, e se pautaram pela determinação, serena mas firme, de defender o princípio de uma direcção colectiva, o General Delgado viu-se obrigado a medir a distância entre o Capitólio dos seus delírios presidencialistas e a rocha Tarpeia da realidade política portuguesa e argelina.»⁵⁹

De facto, ironicamente, a imagem do «General Sem Medo», como um factor positivo para a união oposicionista, só é retomada com força após o seu assassinato em 1965. Transformado em «herói», o seu nome aparece como bandeira para as reivindicações dos opositores ao salazarismo, sendo utilizado como apelo à atenção internacional para o cunho da repressão fascista em Portugal. Apesar de não ser a primeira vítima do regime, assim como também não foi o primeiro opositor a combatê-lo pelas armas, as condições da sua morte e a conjuntura do próprio período abrem espaço para a oposição voltar a falar de forma uníssona contra o governo de Lisboa.

4. Estado e Sociedade nas razões da discórdia

«A resistência dos republicanos à ditadura militar e ao Estado Novo irá enfermar, no essencial, das mesmas ambiguidades, contradições e inconsistências que marcaram a sua actuação até 1926. Nem mesmo o facto de enfrentarem uma situação política que frontalmente denegava princípios essenciais em que assentara a Primeira República levou a que o seu ideário de resistência tivesse solidez e se inserisse numa visão estratégica de mudança. [...]

Ao mesmo tempo, porém, não deixa de surpreender como, apesar de tantas hesitações e sinuosidades, usando armas e táticas tão diferentes e contraditórias, a resistência dos republicanos à ditadura militar e ao Estado Novo tenha sido uma linha permanente, uma chama de vida que esteve sempre acesa»⁶⁰

As divergências são próprias de um sistema democrático, mas as suas exacerbações tornam-se perigosas para uma oposição que luta contra um regime fascista, onde o primado do mando elimina as dissidências internas. No caso dos republicanos, e de todos os oposicionistas, a questão da busca por uma hegemonia política acaba por gerar a perda total de controlo do movimento.

⁵⁹ Carta de Fernando Piteira Santos a Sarmento Pimentel, datada de Alger, 26 de Novembro de 1964. Arquivo Sarmento Pimentel. BSP, Mirandela.

⁶⁰ TENGARRINHA, J. – «Os Republicanos na Resistência à Ditadura e ao Estado Novo». In REIS, António (coord.) – *A República Ontem e Hoje*. Lisboa: Edições Colibri/Fundação Mário Soares, 2002, p. 142.

Na verdade, o que está lactente em todas as divergências são concepções distintas quanto à estruturação do Estado e a sua vinculação com a sociedade. A defesa da participação partidária, feita por diversos sectores republicanos, recupera a tradição primária da República, enquanto a sua negação vai de encontro ao passado recente que, marcando as crises do Estado Republicano, acabam por o comprometer, levando-o ao seu questionamento e derrube. De igual forma, a aglutinação dos movimentos sindicais e operários ao redor da movimentação revolucionária evoca tardiamente a falta de «atenção» que, muitas vezes, a própria República dispensou para estes sectores, apelando para a repressão de greves e das manifestações de rua.

Por outro lado, a ideia do «militar e cidadão», tão presente entre os «Jovens Turcos» republicanos, está lactente na noção da participação partidária e da interferência dos militares nas questões sociais⁶¹. De facto, no seu extremo, a defesa da intercessão militar como expressão da única força possível para a reorganização do Estado leva muitos futuros membros do Revirvalho ao 28 de Maio, do qual rapidamente retiram o seu apoio⁶².

Deixar a revolução «cair ou não na rua», seguir os parâmetros impostos pelos antigos partidos, optar ou não pela ameaça da «guerra civil», agir ou não no terreno ou a partir do exílio são «opções» politicamente determinadas e que marcam as cisões entre os grupos de revolucionários. Na verdade, a intervenção armada, destinada a «reconduzir a sociedade» à sua normalidade, entendida como regime constitucional, está fortemente influenciada pela própria noção de Estado, defendida por aqueles que vão combater. Ou seja, quem participa e compõe o futuro regime é uma questão que influencia a forma pela qual se escolhe ou não os «parceiros» revolucionários. Como formar o legislativo e qual o carácter do executivo são pontos que definem outros, como a actividade partidária nas conspirações, ou ainda, a adopção do modelo «parlamentarista» para o novo Estado. E, para o caso de se pensar um Estado presidencialista, o que parece ser a opção de Humberto Delgado, caberia ao Chefe de Estado, ou seja, ao «Presidente» ou futuro líder, as decisões a serem tomadas quanto às formas de combate ao poder estabelecido em Lisboa.

Para os republicanos, que desde 1926 combatem o regime de Lisboa, o problema está em solucionar os problemas da República, sem contudo eliminar a sua matriz democrática. O «saneamento dos partidos», ainda que uma necessidade, não deveria seguir o modelo imposto pelo 28 de Maio, assim como os militares não deveriam resolver a crise do Estado da forma pela qual fizeram. O caminho proposto pelos defensores do velho ideal republicano é o da mediação, passando as forças armadas a serem um instrumento para a recondução da sociedade ao seu rumo democrático, mas, ao contrário do Estado Novo⁶³, sem propor nenhuma «nova solução», apenas a retomada de um processo abalado pela falta da prática de cidadania levada a cabo pelos políticos, e a não resposta imediata do governo às reais necessidades da sociedade civil.

⁶¹ São escassos os estudos sobre a ideologia dos Jovens Turcos e marca deixada na sociedade portuguesa. Um dos primeiros a tratar do tema é CABRAL, M. V. «A Grande Guerra e o Sidonismo (esboço interpretativo)». *Análise Social*. Vol. XV, N.º 58 (2.º-1979) 373-392. Lembrar que deste grupo se aproximam alguns dos mais significativos membros do Revirvalho, como Helder Ribeiro, Álvaro Poppe, Américo Olavo, Norton de Matos, Álvaro de Castro.

⁶² São poucos os estudos que tratam da oposição republicana, salvos os trabalhos já citados. Para uma obra geral com artigos significativos, ver, entre outros, REIS, António(coord.) – *A República Ontem e Hoje*. Lisboa: Colibri, 2002, que reúne as reflexões de um curso livre organizado pela Fundação Mário Soares em 2000.

⁶³ Sobre o tema ver TORGAL, Luís – *Estado Novo, Estados Novos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009.